

Breve panorama da antropologia do direito no Brasil

ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER
Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v22i22p223-224

Este número da *Cadernos de Campo* reúne nove dos mais de cinquenta textos apresentados nas manhãs dos dias 29 e 30 de agosto de 2013, durante as sessões dos grupos de trabalho (GTs) do III Encontro Nacional de Antropologia do Direito (ENADIR), cuja programação está disponível em: <<http://enadir2013.blogspot.com.br>>.

Terminado o evento, cada dupla de coordenadores de GTs indicou os trabalhos que mais chamaram sua atenção (vinte no total) e a Comissão Editorial da *Cadernos* finalizou a seleção chegando aos nove artigos que tão bem ilustram a diversidade dos temas abordados e a variedade das filiações institucionais e das titulações dos participantes. Isto significa que temos a oportunidade de avaliar uma espécie de resumo privilegiado do que se passou não apenas naquele encontro, mas um breve panorama das pesquisas atualmente em curso no campo da antropologia do direito no Brasil.

O III ENADIR, assim como já ocorrera em suas duas edições anteriores (em 2009 e 2011), além de mesas e conferências nas quais se apresentaram pesquisadores sêniores de universidades brasileiras e do exterior, também proporcionou, nos espaços dos GTs, encontros entre pesquisadores em formação e recém-formados, principalmente em programas de pós-graduação das ciências sociais e do direito.

Vale enfatizar que pesquisadores de todas as regiões e de diversas instituições estavam presen-

tes, especialmente oriundos de universidades do Sudeste (54%), do Centro-Oeste (15%) e do Sul (13%), o que se espelha na amostra de trabalhos aqui reunida que conta com pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), UGF (Universidade Gama Filho), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), UnB (Universidade de Brasília) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). O mesmo se aplica às titulações dos participantes dos GTs e às dos autores dos nove trabalhos selecionados: predominam mestrandos e doutorandos, mas também temos contribuições de mestres, doutores e graduandos.

Dos oito GTs do III ENADIR, cinco estão representados neste número da *Cadernos*.

Advindos do GT que mais recebeu resumos à época da seleção dos trabalhos (GT 1 - Antropologia e sistemas de justiça criminal), temos os artigos dos doutorandos Rodrigo Amaro de Carvalho (Museu Nacional/UFRJ) e Ana Letícia de Fiori (PPGAS/USP). Em Belo Horizonte, Rodrigo etnografou a complexa dinâmica envolvida entre práticas policiais voltadas para a repressão de pixações e estratégias utilizadas por pixadores para resistirem e burlarem tais práticas. Ana Letícia, a partir de um assassinato ocorrido em 2001, em Ouro Preto, e da etnografia do julgamento dos acusados, discute como múltiplas narrativas referentes ao caso transcenderam a lógica racional do campo jurídi-

co e configuraram disputas acerca de noções de juventude, ficção e realidade.

Representando o GT 3 (Antropologia, gênero, direitos sexuais e reprodutivos), o segundo que mais recebeu propostas de resumos, temos três trabalhos. O texto de Emília Juliana Ferreira, mestre em antropologia pela UFSC, voltado para o sempre polêmico, porém ainda pouco pesquisado tema da criminalização do aborto no Brasil, aborda-o a partir de “vozes femininas” de acusadas e processadas por essa prática. Estabelecendo uma ponte com esse debate, a doutoranda do PPGAS da UFSCar, Bruna Pottechi, analisa argumentos presentes no Estatuto do Nascituro e como “documentos legislativos constroem pessoas”. E a não menos contemporânea e polêmica relação entre homossexualidade e parentalidade é desenvolvida por Rafael Morello Fernandes, mestrando em Ciências Sociais pela UFRRJ, em sua pesquisa sobre discursos jurídicos relativos à adoção homoparental.

O GT 7 (Antropologia, alteridade, autoridade e constituição de sujeitos), o terceiro mais procurado pelos proponentes de resumos, se faz aqui representado pelas reflexões da doutora em Direito pela UGF, Bárbara Gomes Lupetti Baptista. A partir de uma pesquisa realizada com juízes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) sobre o princípio da imparcialidade, ela conclui que a moralidade e o senso de justiça dos magistrados interferem no curso e nos resultados dos processos, pois os juízes vivenciam, comumente, dilemas entre “parecerem imparciais” e “serem humanos”.

A Lei Maria da Penha, central em debates em que se cruzam antropologia e violência de gênero (GT 8), suscitou dois trabalhos que especialmente ilustram muito bem tal cruzamento. Um é o da graduada em Ciências Sociais da UnB,

Ranna Mirthes Sousa Correa, e o outro é o da mestranda do PPGAS/USP, Beatriz Accioly Lins. Enquanto Ranna se debruça sobre o tratamento, ora judicial, ora terapêutico, dado a casos de violência contra a mulher no Fórum do Núcleo Bandeirante do Distrito Federal, onde há uma equipe multidisciplinar que atribui diferentes sentidos aos casos, Beatriz trabalha com depoimentos e percepções de profissionais das Delegacias de Defesa da Mulher da cidade de São Paulo.

O polêmico tema que agregou os trabalhos apresentados no GT 10 (Antropologia e questões infanto-juvenis) está contemplado nas reflexões desenvolvidas pela mestranda em sociologia da USP, Juliana Vinuto. Ela discute e compara como famílias de adolescentes em conflito com a lei estão representadas na Doutrina de Proteção Integral, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em narrativas de implementadores de medidas socioeducativas.

Enfim, cumprindo cada vez mais e melhor o papel de divulgar trabalhos que versam sobre temas, resultados de pesquisas e modelos teórico-metodológicos de interesse para o debate antropológico e extrapolando o objetivo original de divulgar a produção do corpo discente do PPGAS/USP, a *Cadernos de Campo*, neste seu vigésimo segundo número, se reafirma como um importante periódico de abrangência nacional, ao fornecer uma significativa mostra do que pesquisadores e pesquisadoras, dedicados às múltiplas interfaces entre antropologia e direito vêm produzindo no país.

Com a mesma satisfação com que em 28 de agosto de 2013, na abertura do III ENADIR, convidei os presentes a aproveitarem ao máximo as atividades que se sucederiam, convido leitores e leitoras a tirarem o melhor proveito das pesquisas apresentadas nos artigos que se seguem.

autora

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Professora Doutora do Departamento de Antropologia / USP

Coordenadora do Núcleo de Antropologia do Direito – NADIR/USP